

Modernidade e educação

“Depois do pão, a educação é a primeira necessidade de um povo.” Danton

A estreita correlação entre educação (o chamado capital humano) e desenvolvimento não chega a ser uma novidade. Já no começo do século, Rui Barbosa defendia essa tese, afirmando que o ensino é o mais seguro investimento que uma nação pode realizar. Hoje é consensual a convicção, entre os pensadores, políticos, economistas, homens públicos em geral, de que a educação básica constitui a pedra angular do avanço econômico e social. Sem esse alicerce não há prosperidade, redistributivismo, progresso nem civilização.

A idéia de se manter o povo ignorante para melhor dominá-lo pertence ao museu do reacionarismo. Os que ainda a defendem mal conseguem sobreviver respirando o ar rarefeito e viciado do próprio radicalismo. São uma espécie em extinção, embora às vezes ainda deixem a impressão de perigosamente atuentes.

O Brasil tem perdido muitas oportunidades históricas ao longo deste século. E parece que todos os esforços para ingressar na era da modernidade cairão no vazio, caso o nosso país não compreenda essa verdade tão evidente: sem a instrução básica de nada adiantará ostentarmos ilhas de grande adiantamento tecnológico, em meio a um oceano de ignorância e de pobreza.

Avalia-se, no mundo contemporâneo, não só a capacidade de uma nação de produzir bens industriais, mas, sobretudo, examina-se a sua capacidade de consumir bens e serviços de alto teor tecnológico, o que só é possível mediante a melhoria do nível educacional e cultural de todo o povo.

O velho modelo, ainda vigente

em vários países do Terceiro Mundo, baseado na disponibilidade de matéria-prima, energia e mão-de-obra baratas, aprofunda a sua decadência. E surge, no mundo novo, a certeza de que a sobrevivência econômica está sob íntima dependência da qualificação da força de trabalho e do potencial de conhecimento dos consumidores, ou seja, praticamente de toda a sociedade.

Alguns estudiosos afirmam que, com o capital globalizado, a escola de onde aplicá-lo dependerá muito mais do perfil educacional de um povo do que dos costumeiros fatores geopolíticos ou dos critérios de segurança econômica e financeira. A desclassificação educacional servirá apenas para habilitar um país a atrair empreendimentos vorazes no consumo de energia, de matéria-prima e insumos poluidores, pouco exigentes de qualidade e avaros com a mão-de-obra.

A história aí está para comprovar que foram os esforços na educação básica e na universalização do ensino, iniciados em meados do Século XVII, que credenciaram a Grã-Bretanha a tornar-se o maior império do Ocidente. A Revolução Francesa, um século e meio depois, retomaria a mesma proposta, buscando a concretização do ideal igualitário. Na civilização nipônica, a revolução Meiji aconteceu em 1860, reduzindo drasticamente o analfabetismo e gerando as condições para o surgimento do Japão

moderno.

Nesse campo, a desvantagem do Brasil em face do Primeiro Mundo é enorme. Estamos 30 anos atrasados, em relação, por exemplo, à Coreia do Sul, ainda no vestíbulo da comunidade mundial rica. A rigor, uma parcela significativa da Nação não avançou muito, falando-se de padrões econômico-culturais em relação ao modelo latifundiário e escravocrata do século XIX. A nossa opção, nos anos do autoritarismo,

foi pelas obras gigantes cas de infra-estrutura. As prioridades educacionais se voltaram para o ensino superior, que foi hipertrofiado, em detrimento do ensino elementar, para atender à demanda de pessoal técnico destinado a gerir o parque tecnológico em instalação.

A reformulação das diretrizes e dos programas de educação no Brasil deve passar, obrigatoriamente, por conclusões da seguinte ordem: o ensino fundamental, a erradicação do analfabetismo, a democratização do saber são elementos determinantes, cruciais, na produção do desenvolvimento e na própria consolidação do poder nacional.

Em consideração a esse paradigma, urge corrigir a grave distorção ainda existente na definição de prioridades da área educacional. Não se pode continuar gastando com a escola básica, que interessa a 29 milhões de alunos, apenas 25,3% do orçamento do Ministério da Educação — MEC, e in-

vestindo 55,6% desse mesmo orçamento com o ensino superior, que alcança o restrito universo de 390 mil alunos. Ou seja, o ensino básico custa proporcionalmente muito menos do que o universitário, que ocupa o topo da pirâmide.

O governo Fernando Henrique Cardoso tem mostrado forte preocupação nesse sentido. Sabe o presidente da República que toda e qualquer reforma econômica ou administrativa, visando à modernização do país, será inócua se não forem reformadas também as próprias condições de acesso do povo ao ensino universal. Assim, dedicada firmemente, com o seu Programa Comunidade Solidária e uma nova política educacional, a desenvolver uma cruzada nacional de instrução básica e de erradicação do analfabetismo, congregando para isso os mais diversos setores da sociedade.

A generosidade do povo brasileiro, colocando-se a serviço da causa do combate à fome, saberá, desde que respaldada em motivações elevadas e justas, mobilizar-se também pela causa do combate à indigência cultural. Esta reduz parcela ponderável de um povo que sempre se destacou pela criatividade e inteligência, à marginalidade econômica, política e social.

O redirecionamento de recursos para a educação, com critérios mais racionais que contemplem com prioridade o ensino básico; a ampla mobilização da sociedade no rumo da democratização do saber e, conseqüentemente, das oportunidades de ascensão e participação sociais, representam a chave do novo tempo, da verdadeira modernidade e do efetivo desenvolvimento.

■ Augusto Marzagão é jornalista e autor do livro *Memorial do Presente* (Ed. Nova Fronteira)

“Escola básica não pode ter apenas 25,3% do orçamento do MEC”